

# Espiritualidade da Unidade na Política

Antonio Maria Baggio

Tradução: José Maria de Almeida

Da relação entre Espiritualidade da Unidade e a militância política deriva a constituição do Movimento Político pela Unidade — MPPU —, expressão mais recente e madura da espiritualidade dos Focolares na política. Essa relação sintetiza alguns pontos qualificadores da doutrina política da unidade, sem voltar as costas para uma tradução concreta no comportamento político. Um aceno, por meio de um exemplo, à missão que uma possível doutrina da Fraternidade pode haver no contexto da reflexão política contemporânea. *ABBA — Revista de Cultura*. São Paulo, Vol. VII, n. 3, pp. 35-46.

Esta exposição articula-se em três partes.

Na primeira expomos brevemente a relação entre a Espiritualidade da Unidade e o engajamento político que dela surgiu, até a constituição do Movimento Político pela Unidade, expressão mais recente e amadurecida dessa espiritualidade na política.

Em seguida, sintetizamos alguns pontos característicos da doutrina política da unidade, tal como eles se traduzem no concreto comportamento político.

Enfim, acenamos, através de um exemplo, para o papel que a doutrina da fraternidade pode ter no contexto da reflexão política contemporânea.

## 1. Espiritualidade da Unidade e política

O interesse do Movimento dos Focolares pela política surgiu já nos primeiros anos de sua vida. A esse respeito, podemos evidenciar *três aspectos* ligados entre si.

Antes de tudo, desde o início, a Espiritualidade da Unidade despertou interesse em *pessoas envolvidas na política*, as quais encontraram no Carisma da Unidade não só uma luz para a sua vida pessoal, como também para o seu engajamento público. A personalidade de maior destaque foi certamente Igino Giordani, que Chiara Lubich conheceu em 1948. Giordani havia lutado na Primeira Guerra Mundial. Depois, havia participado, junto com Luigi Sturzo, da difícil experiência do Partido Popular Italiano, que foi sufocada pelo regime fascista, durante o qual manteve vivos, através da sua obra de estudioso e ensaísta, a inteligência crítica e o espírito de liberdade, exercendo um papel insubstituível de formador de consciências. Com a queda do regime fascista, retomou plenamente a atividade pública, tanto como diretor de um jornal e de uma revista, quanto como membro da Assembléia Constituinte italiana e, depois, da Câmara

dos Deputados.

O encontro com o Carisma da Unidade representou para ele o momento para o qual a vida o preparara, fazendo-o viver pessoalmente — como pai de família, jornalista, estudioso, político — as condições mais normais e, ao mesmo tempo, os problemas mais angustiantes da humanidade. Foi justamente essa riqueza de consciência histórica e de humanidade que ele levou para o grupo das jovens focolarinas: iluminado pelo Ideal da Unidade, ele, por sua vez, transmitiu essa luz, testemunhando pessoalmente que a nova luz que nascia de Chiara Lubich não devia permanecer — como ocorreu com outras espiritualidades da Igreja — dentro dos conventos, ou apenas no meio eclesial, mas devia ser dirigida e destinada a toda a humanidade. Giordani foi o primeiro de uma série de políticos que mantiveram viva, no seio do Movimento dos Focolares, a consciência da dimensão política da Espiritualidade da Unidade.

Em segundo lugar, desde o início a Espiritualidade da Unidade mostrou uma *clara dimensão social*. A descoberta, por parte de Chiara Lubich, de que Deus é Amor fez nascer, em seu coração e no coração de suas primeiras companheiras, o desejo de corresponder a esse Amor, e o fizeram dedicando-se às pessoas que tinham por perto; corresponderam ao Amor de Deus amando as pessoas, nas quais elas viam a presença de Deus. Uma presença forte, real, como deve ser a presença do Pai em seus filhos, que são irmãos entre si. A descoberta de Deus como Amor revelava também a humanidade inteira como uma única comunidade, ligada por uma fraternidade universal; esta se tornou, depois, o eixo da doutrina política da unidade; então, a convicção desse laço profundo entre Deus e o homem, presente já desde o início, explica a dimensão social do Movimento e o seu interesse pela atividade pública.

Em terceiro lugar, a Espiritualidade da Unidade *sugeria comportamentos e produzia efeitos de relevância política*. De fato, a Guerra havia destruído não só os sonhos e os projetos pessoais de milhões de cidadãos, como também havia desorganizado as instituições, feito desaparecer em muitos aquelas virtudes e aqueles comportamentos civis que, normalmente, constituem o arcabouço das relações entre os cidadãos. As primeiras focolarinas não se propunham objetivos políticos: queriam apenas amar, viver o Evangelho. Mas hoje, analisando aquela experiência, percebemos que elas, dedicando-se aos pobres, socorrendo as pessoas que passavam por dificuldades, vivendo a comunhão dos bens, recriavam aquele clima de confiança necessário para se reconstruir uma comunidade devastada pelas divisões e pela desconfiança. A fraternidade vivida pelas primeiras focolarinas reconstruía o tecido social, permitindo que as pessoas voltassem a ser cidadãos.

Com o passar das décadas, as experiências políticas de membros e simpatizantes do Movimento dos Focolares se multiplicaram, espalhadas pelos diversos continentes, e se diversificaram. Aos poucos foram incluindo também pessoas que, embora não fazendo parte do Movimento dos Focolares, conheceram e apreciaram a sua espiritualidade, começando a aplicá-la na atividade política. Esse extravasamento da Espiritualidade da Unidade para fora das estruturas do Movimento dos Focolares determinou o nascimento de um novo movimento, o Movimento Político pela Unidade, fundado por Chiara Lubich em 1996, em Nápoles. Dele fazem parte políticos engajados nos parlamentos e nos diversos níveis de governo, funcionários públicos, diplomatas, estudiosos e estudantes, cidadãos atuantes. O Movimento Político pela Unidade não é um novo partido; seus membros pertencem a diversas correntes políticas presentes nos diversos países; cada um

encontra, porém, na espiritualidade e na cultura política da unidade um núcleo de princípios e de idéias que o aproxima dos outros, e que o fazem buscar antes de mais nada o que une, e não o que divide. Dessa forma, cada um pode descobrir, a seu próprio modo e em fidelidade aos conteúdos positivos da própria escolha política, a autêntica finalidade da política, que consiste na busca do bem comum do próprio país e da humanidade.

O Movimento Político pela Unidade ganhou vida pública num congresso mundial, realizado em junho de 2000, em Castelgandolfo (Itália), com a presença de 850 representantes vindos dos continentes, e atualmente está se organizando em todo o mundo. Entre as várias iniciativas de maior relevância pública recordamos o congresso de Innsbruck (Áustria), de novembro de 2001, *1000 città per l'Europa*, no qual mil prefeitos e administradores de toda a Europa examinaram o processo de construção da União Européia, indicando, à luz da fraternidade, as correções a serem feitas e outras vias a serem percorridas<sup>1</sup>.

Especial atenção é dada à formação, tanto dos adultos quanto dos jovens; nos países onde está constituído o Movimento Político pela Unidade, os “políticos da unidade” se reúnem uma vez por mês para aprofundar um aspecto da Espiritualidade da Unidade e a sua aplicação na política, para um intercâmbio de experiências e uma comunhão no curso da qual emergem as expectativas, os projetos, as idéias que, com freqüência, são objeto de iniciativas concretas no mês seguinte. Aos jovens é reservada uma formação mais articulada e aprofundada, em cursos temporários que já estão consolidados na Itália e que estão se iniciando também em outros países; cursos nos quais à preparação doutrinária se junta a relação viva com a realidade da sua cidade e com os políticos do Movimento, que participam trazendo a sua experiência e favorecendo o ingresso dos jovens na política.

Os Centros de coordenação do Movimento, nos diversos países, estão ligados ao Centro mundial; está se construindo também uma rede mundial de parlamentares do Movimento, particularmente útil para o intercâmbio de informações e para o enfrentamento de problemas internacionais. Os jovens, em especial, estão ligados entre si e com o Centro mundial via internet.

## 2. Elementos de doutrina da fraternidade

Cada um dos aspectos da Espiritualidade da Unidade podem ser aplicados à política, inspirando uma idéia e um comportamento correspondentes. Acenemos a alguns deles<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Está agendado o Encontro de Prefeitos Latino-americanos para os dias 3 a 5 de junho de 2005, em Rosário, Argentina.

<sup>2</sup> O ponto de partida para um estudo sobre uma possível “doutrina” da fraternidade é constituído pelos discursos pronunciados por Chiara Lubich, por ocasião das grandes manifestações públicas organizadas pelo Movimento Político pela Unidade (MPPU), ou de outras manifestações nas quais ela discursou apresentando aspectos de tal reflexão doutrinária. Destaco, aqui, artigos publicados pela revista “Nuova Umanità” a partir do ano 2001: *Per una politica di comunione*, NU XXIII (2001/2) n. 134, pp. 211-222; *Lo spirito di fratellanza nella politica come chiave dell'unità dell'Europa e del mondo*, NU XXIV

A descoberta de que Deus é Amor, a fé no seu Amor e a escolha Dele como ideal de nossa vida significa estar certo de que o político da unidade jamais estará sozinho ao viver o seu compromisso. *A decisão de entrar na política é expressão de uma escolha de amor*, da vontade de fazer o dom da própria existência, em resposta a um chamado, um chamado que o “político da unidade” percebe na própria consciência, e que vem de uma necessidade do próprio povo, ou de uma categoria social mais fraca, ou de um problema da humanidade, de um Direito Humano violado que requer reparação. Crer que Deus nos ama e nos chamou significa crer que Deus ama a todos, e que também os outros políticos, inclusive os nossos adversários, podem ser animados por uma vocação de Deus, diferente mas análoga à nossa, porque Deus confia a cada um uma missão diferente para alcançar o mesmo fim. Manter o olhar fraterno permite descobrir, em nós e no outro, o verdadeiro chamado, e, compreender que as diferenças podem ser riquezas, cada uma das quais dá a sua contribuição para o desígnio geral. O “político da unidade”, diante de cada escolha, orienta-se recordando sempre o motivo original do seu empenho, do seu ideal; e a fraternidade o leva a ajudar também os outros políticos a realizar a sua escolha a partir dos seus ideais autênticos, e não dos interesses de poder, interesses pessoais ou de grupo.

Ao Amor que Deus tem por nós respondemos procurando fazer a vontade Dele. *Existe um projeto de Deus na história dos homens* que diz respeito a cada pessoa e também às cidades, aos povos e a toda a humanidade. O “político da unidade” pergunta-se qual é a vocação da sua cidade e do seu país, e procura tomar decisões que criam condições para que cada cidadão, e a comunidade como um todo, realize o desígnio de que é portador, a sua missão na história. Buscar a vontade de Deus na política ajuda a romper os esquemas, a imaginar novos projetos, obedecendo sempre à própria consciência e não às conveniências exteriores. O “político da unidade” vive em contínua atitude de escuta da voz que fala dentro dele, num constante diálogo interior com ela. Por esse hábito de diálogo consigo mesmo, ele aprende a dialogar também com os outros, e os ajuda a descobrir a voz que fala dentro deles. O “político da unidade” cria fraternidade com os demais políticos.

O “político da unidade” obedece, no seu compromisso quotidiano, à “regra de ouro”<sup>3</sup> presente em todas as grandes religiões e culturas, mas que muitas vezes é sufocada pelos conflitos políticos, étnicos, econômicos: *ama o teu próximo*. “Próximo” é antes de tudo quem está perto. Portanto, o “político da unidade” ama a sua família, ama o seu trabalho, ama as pessoas que encontra na sua jornada, os conhecidos e os colegas. Só aquele que aprendeu a amar, em todos os aspectos da própria vida privada, pode amar na

---

(2002/1) n. 139, pp. 15-28; *La fraternità politica nella storia e nel futuro dell'Europa* NU XXIV (2002/4) n. 142, pp. 407-416; *L'Europa unita per un mondo unito*, NU XXI (2003/2) n. 146, pp. 139-151. Nossa ABBA — *Revista de Cultura* publicou: Lubich, C., 2002. “O Movimento da Unidade por uma política de comunhão”. São Paulo, Vol. V, pp. 7-21; *A fraternidade no horizonte da Cidade*, de Chiara Lubich. Vol. VI, n. 3, pp. 7-17. Uma boa síntese da história do Movimento, da sua espiritualidade e doutrina, encontra-se in Fondi, E. M. — Zanzucchi, M. (org.) *Um popolo nato dal vangelo*. Cinisello Balsamo, San Paolo, 2003. Remeto também a um meu breve estudo que liga o compromisso político a um aspecto da Espiritualidade da Unidade, que consiste em viver o momento presente: “Le moment d’agir selon Chiara Lubich”. In: *Christus*. tome 48, n. 191, julho de 2001, pp. 323-331.

<sup>3</sup> “Tudo aquilo que quereis que os outros vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a Lei e os Profetas”. (cf. *Mt* 7,12)

política, isto é, na vida pública. Desse modo, *o político da unidade vive com coerência*, aplicando a mesma ética do amor em todos os âmbitos da própria existência; de fato, não é verdadeiro amor aquele que se dirige a alguns e se nega a outros.

O “político da unidade” crê na fraternidade universal e estende a idéia de “próximo” a todas as pessoas. *Também na política o amar a todos tem a sua importância, porque realiza a sua dimensão universal*: de fato, a política tem como objetivo realizar o bem-estar de todos os cidadãos, não apenas dos filiados do próprio partido: por isso, a política da unidade faz *amar o partido dos outros como se ama o próprio*. E o projeto de Deus não diz respeito somente a uma nação, mas à humanidade inteira; segue-se que se ama *a Pátria dos outros como se ama a própria*, e que não se pode tomar nenhuma decisão que traga um aparente benefício para o próprio país enquanto um outro país, talvez mais fraco, seja prejudicado.

Além disso, a fraternidade requer que *tenhamos a iniciativa no amor*, leva-nos a dar o primeiro passo na direção do outro, especialmente quando a relação pessoal, ou política, foi interrompida. A decisão de amar por primeiro *se traduz muitas vezes numa iniciativa política*, na qual outros não animados pelo amor, nem haviam pensado; desse modo, destravam-se as situações, encontram-se os acordos e abre-se, para si mesmo e para os outros, uma saída da crise.

Um outro aspecto importante da arte de amar, na Espiritualidade da Unidade, é o *fazer-se um*, isto é, esquecer a si mesmo, deixar de lado as próprias necessidades e interesses para escutar os outros, para compreender as suas exigências e expectativas. Fazer-se um, na política, transforma-se num encontro com a realidade dos outros, o que permite uma melhor compreensão das pessoas e das situações, e leva a construir projetos mais realistas e possíveis de realização, nos quais todos podem se reconhecer. *O amor do fazer-se um é o autêntico realismo político*.

E mais: o “político da unidade” não se resigna passivamente com a existência de inimigos, mas procura construir as condições a fim de que eles mudem suas posições. Para conseguir isso, *ele ama inclusive os próprios inimigos*, antes de tudo procurando vê-los sempre como “novos”, vê-los segundo a verdadeira vocação deles, e não só pelo mal que eventualmente fazem. Portanto, não se comporta em relação a eles como inimigo, mas como adversário leal; faz apelo à consciência deles, esperando sempre que prevaleça neles o bem; por isso, procura sempre deixar uma possibilidade para o inimigo mudar de comportamento, e não lhe fecha as portas. Além disso, o “político da unidade” deve saber perdoar, deve saber purificar a própria memória, recordando não aquilo que inflama dentro de si o ódio, mas só a sabedoria que o amor, através da dor, lhe doou. Procedendo desse modo, ele se torna um político melhor, mais autêntico e capaz de realizar, junto com outros, o próprio ideal.

Mas até que ponto se deve amar? Até o dom da própria vida, se necessário. Quem entra na política sabe que não vive mais para si mesmo, mas para os outros. As pequenas ou grandes “mortes a si mesmo”, que o “político da unidade” realiza todo dia, superando o próprio egoísmo, preparam-no para o momento da provação, da perseguição, do sacrifício final. A morte pode ser o último ato de amor que se requer do político nesta vida, ou seja, ela explica o ideal mais do que qualquer discurso, abre os olhos dos que ainda não tinham entendido, e pode gerar muitas outras vocações políticas.

### 3. Fraternidade: reflexões e pensamento político contemporâneo

A reflexão sobre a fraternidade que se está desenvolvendo à luz da Espiritualidade da Unidade traz relevantes conseqüências não só para a prática política como também para a reflexão teórica. Se tomamos um dicionário de política ou um tratado de ciências políticas, provavelmente não encontraremos o verbete “fraternidade”. Isso significa uma ausência lamentável, que nos faz entender as dificuldades da política contemporânea.

Para dar um exemplo, gostaria de sublinhar alguns aspectos da crise da democracia ou, mais precisamente, da interpretação hoje dominante de democracia. Ela se refere não só aos países ocidentais, mas a muitas outras áreas geopolíticas, dado que o sistema democrático se estendeu nessas regiões. É verdade que o regime democrático não se realizou por toda parte do mesmo modo; em alguns casos, foi objeto de relevantes modificações em relação ao constitucionalismo de origem liberal, devidas às exigências das tradições e culturas locais; em outros países, teve até agora apenas uma aplicação só formal, motivada pela rejeição dos valores fundamentais que o inspiram, e convive com estruturas anteriores, através das quais se continua a administrar grande parte do poder.

Em cada situação, existe o problema “democracia” que diz respeito aos seus princípios, aos seus valores, aos seus procedimentos, que vai além do Mundo Ocidental e que nos obriga a questionar o que é, de fato, a democracia hoje vivida no Ocidente e que se tenta exportar.

A democracia é fruto de um longo processo histórico, amadurecido na Europa sobretudo através da influência da cultura cristã. Os princípios de liberdade e de igualdade sobre os quais fundamentalmente se baseia não seriam concebíveis sem considerar a idéia central da qual provêm, ou seja, uma vez que os seres humanos são filhos de Deus e, portanto, irmãos entre si, são também livres e iguais. Por isso, é a fraternidade, fundada sobre uma raiz divina de onde provém, que gera os princípios da democracia, corretamente entendida.

A consciência dessa derivação já era clara no século XVII, quando John Locke propõe a teoria do contrato sobre a origem da sociedade política, que terá grande influência na arquitetura das democracias. Para Locke, os homens podem constituir uma sociedade política porque foram criados como seres sociais, tanto que a principal lei que Deus colocou na natureza deles é a do amor mútuo.

Progressivamente, porém, a cultura ocidental foi se afastando da sua raiz transcendente, e os ramos dessa árvore, inevitavelmente, tendem a secar. A idéia mesma da sociedade política como resultado de um contrato subscrito pelos indivíduos terminou por enfraquecer a consciência de uma pertença comum, que precede o próprio contrato, e tende, ao invés, a reduzir a convivência à obediência a um restrito número de regras que garantam a ordem pública, a propriedade, os serviços essenciais, em troca de uma total liberdade individual sobre todo o resto.

Seguiu-se uma forte fragmentação social, em que se desenvolve a lei do mais forte, e é sempre mais difícil garantir a efetiva realização daqueles princípios de liberdade e de igualdade, sobre os quais todo o resto deveria se apoiar. As democracias ocidentais parecem não ter a força para enfrentar o problema na raiz, pois não colocam em questão a

fragmentação, mas, ao contrário, assumem como missão regular os conflitos que inevitavelmente explodem em meio aos interesses antagônicos, garantindo um governo representativo e a possibilidade de mudá-lo de modo incruento.

A doutrina sobre a democracia adequou-se à situação, levando em conta o enfraquecimento dos princípios fundantes e, num certo sentido, renunciando à sua plena realização.

A esse respeito Robert Dahl escreve:

Uma coisa é, para os membros de um pequeno grupo, a observância de certas normas de igualdade entre si; uma outra é estender essas normas para fora do grupo, para um universo de seres desconhecidos e distantes. Os princípios morais universais que se apóiam apenas sobre a razão são frágeis<sup>4</sup>.

Mas a aposta da democracia era justamente a de garantir a todos os homens a liberdade e a igualdade, independentemente da sua pertença a uma família, a um grupo, a uma classe particular, em virtude da sua pertença à comunidade política mais ampla. É uma verdadeira renúncia aos ideais originais da democracia, causada pela constatação de que não se chegou a realizá-los.

Uma possível “doutrina” da fraternidade deveria sugerir uma abordagem muito diferente do problema, como não renunciar aos princípios fundantes, mas, ao contrário, recolocá-los plenamente em foco. A teoria democrática mais difundida não é bem sucedida em suas tentativas justamente porque considera a liberdade e a igualdade simplesmente como princípios que se apóiam somente sobre a razão, e sobre uma razão enfraquecida, privada do liame vital com a espiritualidade. Uma expressão de renúncia à espiritualidade na cultura política ocidental é justamente a exclusão da teoria e da prática política da fraternidade, que, como vimos, é a raiz da liberdade e da igualdade.

Paradoxalmente, os três princípios foram proclamados pela Revolução Francesa, mas enquanto a liberdade e a igualdade se desenvolveram como categorias políticas, a fraternidade foi deixada de lado, por ser muito exigente, muito expressiva por causa da própria raiz transcendente. Hoje, a teoria democrática, mutilada em sua própria categoria política fundante, não parece mais capaz de enfrentar os novos problemas, e mostra de maneira cada vez mais dramática as suas seculares deficiências.

O Movimento Político pela Unidade, fazendo da fraternidade universal o eixo da própria doutrina, considera, no entanto, que responde plenamente às exigências da época contemporânea. De fato, hoje as pequenas comunidades não podem mais considerar-se como auto-referentes.

Multiplicam-se pelo mundo os problemas que só podem ser enfrentados através da colaboração ativa de todos os povos; as decisões tomadas pelas comunidades, privadamente, incidem na vida quotidiana de outras comunidades geograficamente muito distantes, mas tornadas próximas e intercomunicantes pelo novo cenário mundial. Em outras palavras, a humanidade, em sua globalidade, entrou no pequeno grupo, porque existem problemas — que dizem respeito também às comunidades menores e distantes entre si — para cuja solução a comunidade mínima de referência é a própria humanidade.

---

<sup>4</sup> Dahl, R. A., 2001. “Equality versus Inequality”. In: *Political Science and Politics*, XXIX, 4, 1966; tr. it. in *Politica e virtù. La teoria democratica nel nuovo secolo*, Roma Bari : Laterza, p. 46

Mas se no seio do pequeno grupo o laço era constituído pelo parentesco, se no seio de uma classe social o laço vinha do comum interesse material, qual é o laço que define a comunidade humana, diferente em termos de raça, cultura, religião, se não a fraternidade universal que cada homem, olhando para as profundezas da própria interioridade, pode descobrir?

São os problemas do nosso tempo que exigem repensar a política à luz da fraternidade; e não poderá ser, esse, um trabalho realizado em gabinetes fechados, por um restrito grupo de académicos, e nem o produto de uma só cultura, como foi em relação aos princípios da liberdade e da igualdade, que o Ocidente plasmou à própria imagem. Não. A fraternidade universal, por definição, requer que seja compreendida através do diálogo entre todas as culturas, requer que seja atuada com a riqueza que a genialidade dos diversos povos pode expressar. Do contrário, não seria fraternidade, não seria universal.

Para esse trabalho, que envolve desde já as futuras gerações, nós convocamos todos aqueles que, dentro da própria cultura, sabem descobrir a fonte universal do amor, e crêem que ela tem a força de melhorar a vida das pessoas e de construir a unidade entre todos.

## Bibliografia

- BAGGIO, A., 2001. “Le moment d’agir selon Chiara Lubich”. In: *Christus*. Paris, tome 48, n. 191, julho de 2001, pp. 323-331.
- DAHL, R. A., 2001. “Equality versus Inequality”. In: *Political Science and Politics*, XXIX, 4, 1966; tr. it. in *Politica e virtù. La teoria democratica nel nuovo secolo*, Roma–Bari : Laterza, p. 46.
- FONDI, E. M.—ZANZUCCHI, M. (org.), 2003. *Un popolo nato dal vangelo*. Cinisello Balsamo : San Paolo.
- LUBICH, C., 2001. “Per una politica di comunione”. In: *Nuova Umanità*. Roma, XXIII, n. 134, pp. 211-222.
- , 2002. “O Movimento da Unidade por uma política de comunhão”. In: *ABBA — Revista de Cultura*. São Paulo, Vol. V, n. 2, pp. 7-21.
- , 2002. “Lo spirito di fratellanza nella politica come chiave dell’unità dell’Europa e del mondo”. In: *Nuova Umanità*. Roma, XXIV, n. 139, pp. 15-28.
- , 2002. “La fraternità politica nella storia e nel futuro dell’Europa”. In: *Nuova Umanità*. Roma, XXIV, n. 142, pp. 407-416.
- , 2003. “A fraternidade no horizonte da Cidade”. *ABBA, Revista de Cultura*. São Paulo, Vol. VI, n. 3, pp. 7-17.
- , 2003. “L’Europa unita per un mondo unito”. In: *Nuova Umanità*. Roma, XXI, n. 146, pp. 139-151.